



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

PORTARIA Nº 159, DE 7 DE JUNHO DE 2021.

Dispõe sobre a celebração de Termo de Responsabilidade e Compromisso de Confidencialidade das Informações nas contratações de serviços e nos estágios no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º As empresas contratadas para prestação de serviços com a alocação de pessoal nas dependências do Conselho Nacional de Justiça deverão celebrar, no ato da assinatura do contrato, Termo de Responsabilidade e Compromisso de Confidencialidade, conforme anexo I a esta Portaria.

Parágrafo único. Os profissionais empregados pelas contratadas referidas no *caput* deste artigo na prestação dos serviços deverão assinar Declaração de Ciência sobre o Termo de Responsabilidade e Compromisso de Confidencialidade, conforme anexo II a esta Portaria, comprometendo-se a cumpri-lo.

Art. 2º Os editais de licitações para a contratação de serviços com a alocação de pessoal nas dependências do Conselho Nacional de Justiça deverão conter como Anexo os modelos de Termo de Responsabilidade e Compromisso e de Declaração de Ciência referidos no artigo anterior.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no *caput* aos procedimentos licitatórios em curso, quando possível a alteração do edital, na forma de legislação aplicável.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Art. 3º No caso das contratações em execução, as empresas contratadas serão convidadas a celebrar o Termo de Responsabilidade e Compromisso e, havendo concordância, deverão notificar seus empregados e empregadas para assinarem a Declaração de Ciência.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não acarretará alteração do valor da contratação para qualquer das partes.

Art. 4º A celebração do TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE e da DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA não prejudica nem dispensa a celebração de outros instrumentos de responsabilidade e compromisso de manutenção de sigilo previstos para contratações específicas.

Art. 5º Antes de iniciar as suas atividades de estágio, os estudantes e as estudantes deverão celebrar o Termo de Responsabilidade e Compromisso de Confidencialidade referido no art. 1º desta Portaria, na forma do Anexo III a esta Portaria.

Parágrafo único. Se o estudante for menor de idade, o termo deverá ser assinado por seu representante legal.

Art. 6º Aplica-se o disposto nesta Portaria, no que couber, às hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação.

Art. 7º Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor-Geral.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Assinatura manuscrita em tinta azul, identificada como a do Ministro Luiz Fux.

Ministro **LUIZ FUX**



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

ANEXO I DA PORTARIA Nº 159, DE 7 DE JUNHO DE 2021.

**TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE DAS
INFORMAÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA -
CONTRATADAS**

Anexo ____ do contrato nº ____/2021, celebrado entre a União, por intermédio do Conselho Nacional de Justiça, e a Empresa _____, para os fins que especifica (Pregão Eletrônico nº ____/2021 - Processo Administrativo/CNJ nº ____/____).

**TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE DAS
INFORMAÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.**

_____ inscrita no CNPJ nº _____, nesse ato representada por _____, inscrita (o) no CPF nº _____, doravante denominada CONTRATADA, apresenta o presente TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES, obrigando-se a não divulgar, sem autorização do CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), segredos e informações produzidos, recebidos e custodiados pelo CNJ, bem como informações sobre quaisquer assuntos de que tomar conhecimento em razão da execução da contratação, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – A **CONTRATADA** reconhece que, com a aceitação do presente termo pelo **CNJ**, as atividades desenvolvidas envolvem contato com informações sigilosas. Essas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas não autorizadas sem a expressa autorização do **CNJ**, comprometendo-se a **CONTRATADA** a manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do CNJ ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução de suas funções no



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Conselho, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, sem prejuízo da responsabilidade penal de quem tenha descumprido as obrigações assumidas.

CLÁUSULA SEGUNDA – A **CONTRATADA** reconhece que, em caso de dúvida acerca da confidencialidade de determinada informação, esta deverá ser tratada sob sigilo, até que venha a ser autorizado, pelo **CNJ**, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma o silêncio do **CNJ** deverá ser interpretado como liberação de quaisquer dos compromissos ora assumidos.

CLÁUSULA TERCEIRA – A **CONTRATADA** assume o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial adquirida por ocasião da sua atividade no **CNJ**.

CLÁUSULA QUARTA – A **CONTRATADA** obriga-se a informar ao **CNJ** imediatamente qualquer violação das regras de sigilo por parte dela, de qualquer de seus empregados e empregadas ou de quaisquer outras pessoas, inclusive nos casos de violação não intencional ou culposa de sigilo das informações a ele inerentes.

CLÁUSULA QUINTA – O descumprimento de quaisquer das cláusulas deste Termo poderá implicar a responsabilidade civil e criminal dos que estiverem envolvidos na violação, conforme Cláusula Primeira.

CLÁUSULA SEXTA – As obrigações a que alude este instrumento perdurarão, inclusive, após a cessação de vínculo entre A **CONTRATADA** e o **CNJ**.

CLÁUSULA SÉTIMA – Caso a revelação das informações seja determinada por ordem judicial, a parte notificada se compromete a avisar à outra, para que possa tomar todas as medidas preventivas para proteger as informações. Nesse caso, a parte deverá revelar apenas as informações exigidas por determinação judicial e deverá informar à outra quais as informações e em que extensão serão reveladas.

CLÁUSULA OITAVA – Toda e qualquer modificação concernente às condições aqui estabelecidas só serão válidas mediante autorização expressa da outra parte.

CLÁUSULA NONA – A **CONTRATADA** compromete-se a dar ciência do teor do presente termo aos empregados e empregadas alocadas na prestação dos serviços contratados, mediante assinatura **DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA**, em papel timbrado da **CONTRATADA**, conforme modelo anexo.

CLAUSÚLA DEZ – A celebração do TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE e da DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA não prejudica nem dispensa a celebração de outros instrumentos de responsabilidade e compromisso previstos para contratações específicas.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

CLÁUSULA ONZE – As partes elegem o foro da Seção Judiciária Federal do Distrito Federal para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam este Termo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

CONTRATADA

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

ANEXO II DA PORTARIA Nº 159, DE 7 DE JUNHO DE 2021.

**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO TERMO DE RESPONSABILIDADE E
CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES DO CONSELHO NACIONAL
DE JUSTIÇA - EMPREGADOS E EMPREGADAS DAS CONTRATADAS**

Anexo ____ do contrato nº ____/2021,
celebrado entre a União, por intermédio
do Conselho Nacional de Justiça, e a
Empresa _____, para os
fins que especifica (Pregão Eletrônico nº
____/2021 - Processo Administrativo/CNJ
nº ____/____).

Declaração de Ciência do TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	
Identificação do Contrato	
Nº do contrato	
Empresa contratada	
CNPJ	
Objeto da contratação (resumido)	
Vigência da contratação	
O (s) funcionário (s) e funcionária (s) abaixo qualificado (s) e qualificada (s) declara (m) ter pleno conhecimento do teor do TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES DO CNJ firmado pela EMPRESA CONTRATADA, e assume (m) a obrigação de cumpri-lo em sua integralidade, sob pena de responsabilização, na forma da lei.	
Observações (se houver):	
E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, a presente DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA é assinada pela (s) parte(s) declarante(s) em 2 (duas) vias de igual teor e um só efeito	
Brasília (DF), ____ / ____ / ____ .	
Identificação da (o) declarante	
Nome:	
Identidade:	
CPF:	
Função:	



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Assinatura:

Observação: Este termo deve ser impresso em papel timbrado da
CONTRATADA



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

ANEXO III DA PORTARIA Nº 159, DE 7 DE JUNHO DE 2021.

**TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE DAS
INFORMAÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - ESTAGIÁRIOS
E ESTAGIÁRIAS**

**TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE DAS
INFORMAÇÕES SIGILOSAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.**

_____, inscrito (a) no CPF nº _____,
doravante denominada **ESTUDANTE**, apresenta o presente TERMO DE
RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES
SIGILOSAS, obrigando-me a não divulgar, sem autorização do CONSELHO
NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), segredos e informações produzidos, recebidos e
custodiados pelo CNJ, bem como informações sobre quaisquer assuntos de que tomar
conhecimento em razão da execução da contratação, em conformidade com as seguintes
cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – O (A) **ESTUDANTE** reconhece que, com a aceitação do
presente termo pelo **CNJ**, as atividades desenvolvidas envolvem contato com
informações sigilosas. Essas informações devem ser tratadas confidencialmente sob
qualquer condição e não podem ser divulgadas a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas
não autorizadas sem a expressa autorização do **CNJ**, comprometendo-se o
(a) **ESTUDANTE** a manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do CNJ ou
de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução de suas atividades no
Conselho, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa.

CLÁUSULA SEGUNDA – O (A) **ESTUDANTE** reconhece que, em caso de dúvida
acerca da confidencialidade de determinada informação, esta deverá ser tratada sob sigilo,
até que venha a ser autorizado, pelo **CNJ**, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma
o silêncio do **CNJ** deverá ser interpretado como liberação de quaisquer dos compromissos
ora assumidos.

CLÁUSULA TERCEIRA – O (A) **ESTUDANTE** assume o compromisso de não
utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial adquirida por ocasião da sua
atividade no **CNJ**.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

CLÁUSULA QUARTA – O (A) **ESTUDANTE** obriga-se a informar ao **CNJ** imediatamente qualquer violação das regras de sigilo por sua parte ou de quaisquer outras pessoas, inclusive nos casos de violação não intencional ou culposa de sigilo das informações a ele inerentes.

CLÁUSULA QUINTA – O descumprimento de quaisquer das cláusulas deste Termo poderá implicar a responsabilidade civil e criminal dos que estiverem envolvidos na violação, conforme Cláusula Primeira.

CLÁUSULA SEXTA – As obrigações a que alude este instrumento perdurarão, inclusive, após a cessação de vínculo entre o (a) **ESTUDANTE** e o **CNJ**.

CLÁUSULA SÉTIMA – Caso a revelação das informações seja determinada por ordem judicial, a parte notificada se compromete a avisar à outra, para que possa tomar todas as medidas preventivas para proteger as informações. Nesse caso, a parte deverá revelar apenas as informações exigidas por determinação judicial e deverá informar à outra quais as informações e em que extensão serão reveladas.

CLÁUSULA OITAVA – Toda e qualquer modificação concernente às condições aqui estabelecidas só serão válidas mediante autorização expressa da outra parte.

CLAUSÚLA NONA- As partes elegem o foro da Seção Judiciária Federal do Distrito Federal para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam este Termo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

ESTUDANTE ou REPRESENTANTE LEGAL

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA